

SILVA LUSITANA



01

Valor económico da caça em Portugal



Instituto Nacional de
Investigação Agrária e
Veterinária, I.P.

CADERNO TÉCNICO

Ficha Técnica:

Título: Valor Económico da Caça em Portugal
Edição: Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
Editor Responsável: Miguel Pestana (INIAV)
Autores: Ricardo Paiva (coordenação)
Pedro Reis
Inocência Seita Coelho
Capa: Paulo de Jesus Carvalho (INIAV)
Composição: Dalila Oliveira (INIAV)
Impressão: Tipografia Lousanense
Tiragem: 500 exemplares
Nº Depósito Legal: 432487/17
ISBN: 978-972-579-044-1
Data: 2017

Todos os direitos reservados

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida Sem
autorização do editor da obra

Morada: INIAV: Av. da República, Quinta do Marquês
780-157 Oeiras, Portugal
☎ 351 21 4403500
E-mail: silva.lusitana@iniav.pt

Este Caderno Técnico teve o patrocínio de:



ÍNDICE

Nota Prévia	
Coleção Cadernos Técnicos	
Valor Económico da Caça	1
I. Introdução	4
II. Breve panorama do setor da caça	11
III. Metodologia	13
IV. Estimativa do valor económico da caça	14
IV.1. Valor dos bens e serviço de caça	14
IV.1.1. Zonas de caça turística	14
IV.1.2. Zonas de caça associativa	17
IV.1.3. Zonas de caça municipais	17
IV.1.4. Zonas de caça nacional e outras zonas de caça	18
IV.1.5. Exportações de animais vivos	18
IV.1.6. Venda de animais abatidos a outros setores de atividade	19
IV.2. Armas, munições, licenças e seguro	20
IV.2.1. Custos com armas e munições	20
IV.2.2. Carta de caçador, licenças e seguro	21
IV.3. Custos com os cães de caça	23
IV.3.1. Custos com licenças, identificação, vacinação e sanidade	23
IV.3.2. Custos com a alimentação	24
IV.3.3. Custos com os transportes dos cães	25
IV.4. Custos com acessórios de caça, vestuário e calçado	27
IV.4.1. Acessórios de caça	27
IV.4.2. Vestuário e calçado	28
IV.5. Despesas com transporte, dormidas e restauração	28
IV.5.1. Despesas de deslocação	28
IV.5.2. Despesas de hotelaria e restauração	29
IV.6. Taxidermistas	29
IV.7. Turismo cinegético internacional	30
IV.7.1. Receitas internas provenientes de caçadores estrangeiros	30
IV.7.2. Receitas internas provenientes de caçadas no estrangeiro	31
IV.8. Revistas, livros e encadernações	33
V. Síntese e conclusões	34
VI. Valor Económico da Caça de Base Territorial. Mértola, um caso singular	38
Anexo 1 - Entidades consultadas	40
Anexo 2 - Instrumento de inquérito aos caçadores	41

Nota Prévia

A Revista *SILVA LUSITANA* é uma revista científica no domínio das Ciências Florestais e afins, que tem como objetivo a divulgação a nível nacional e internacional de conhecimento desenvolvido nessa área.

A *SILVA LUSITANA* é editada desde 1993 (44 publicações periódicas e 14 Edições Especiais, mais de 500 artigos publicados), inicialmente pela Estação Florestal Nacional (INIA) e atualmente pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV).

A ambição da nova equipa editorial, a curto/médio prazo, é também a divulgação e transferência do conhecimento produzido ao setor produtivo e industrial da Fileira Florestal.

Neste sentido, pretende-se passar a promover a edição especial de "SILVA LUSITANA - Cadernos Técnicos" sobre temas a definir de interesse aos atores económicos da Fileira Florestal, onde a necessidade de utilizar o conhecimento existente e gerado, na resolução dos problemas do sector produtivo.

Com a edição do primeiro número dos "SILVA LUSITANA - Cadernos Técnicos", sobre Valor Económico da Caça em Portugal, o INIAV faz a divulgação da informação científica atualizada e adaptada à realidade nacional, reforçando o sistema gerador de conhecimento científico e dos meios de comunicação apropriados, cumprindo assim uma das ações prioritárias da sua Missão.

O Diretor da Comissão Editorial

Miguel Pestana

Coleção Cadernos Técnicos

Apresentação

O século XXI caracteriza-se pelo primado da informação, mais informação disponível, maior rapidez de circulação, maior troca de informação e democratização do acesso á informação através da internet.

Está ao acesso de cada um participar na troca de informação, mas a maior parte da informação disponibilizada é pura troca de "opiniões", que carecem de sustentação técnico-científica.

A revista *SILVA LUSITANA* tem, desde o início da sua atividade, procurado publicar e divulgar artigos de investigação científica na área das ciências florestais, com um público-alvo relativamente restrito, de indiscutível mérito.

Tendo em vista um público mais alargado, a direção da Revista achou por bem publicar uma série de livros de caráter mais técnico que designou Cadernos Técnicos.

Foram vários os motivos que estiveram na base de tal decisão.

1. Nos últimos anos temos vindo a constatar o surgimento de um movimento contínuo e sustentado de retorno ao meio rural de um número significativo de jovens, a maioria com formação técnica/ científica de grau superior e que, como é evidente, é ávido consumidor de informação.
2. A nível de essências e atividades florestais, a informação é altamente deficitária, algumas vezes podemos dizer que a informação disponível com suporte científico é inexistente.

3. A assinalável dinâmica de inovação na utilização das matérias primas, não é acompanhada com a disponibilização de informação credível.
4. A disponibilização de informação em linguagem acessível a um grande público foi outro dos motivos.

A coleção integrará livros de 20 a 30 páginas, coordenados e elaborados por investigadores do INIAV, mas com a colaboração de investigadores de outras instituições com os quais têm mantido e realizado projetos em conjunto, e também com a colaboração de produtores/ industriais de referência.

O nº 1 da Coleção é sobre a caça, pois julgamos que é um exemplo paradigmático em que se verificam os pressupostos que fundamentaram a opção de publicar a coleção que agora se inicia.

Outros volumes se seguirão, como o medronheiro, o pinheiro manso e o pinhão, o castanheiro e a castanha, os cogumelos, o sobreiro e a cortiça e, talvez, um número sobre a apicultura e o mel. A porta não está fechada a outras sugestões.

Um agradecimento final aos autores e aos patrocinadores que se disponibilizaram a ajudar a pôr de pé esta ideia.

I. Seita Coelho & Miguel Pestana

Valor Económico da Caça em Portugal

Ricardo Paiva, Pedro Reis e Inocêncio Seita Coelho

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária.

Av. da República, Quinta do Marquês, 2780-157 OEIRAS.

Sumário. A caça desempenha um papel crucial no ordenamento e gestão dos recursos silvestres, tendo contribuído para a recuperação de populações que se encontravam praticamente extintas em Portugal: lincos, veados e corços. Tem um elevado potencial para a dinamização da economia nos territórios rurais menos favorecidos. O presente estudo tem como objetivo estimar o valor económico da atividade cinegética, tanto ao nível da produção primária, como das atividades associadas.

O valor foi apurado a partir da despesa do consumidor final - o caçador. Recorreu-se a informação secundária de entidades oficiais e associações setoriais, entrevistaram-se especialistas e realizou-se um inquérito a caçadores. A caça produz 103 M€ em bens e serviços; as armas munições, seguros e taxas representam 85 M€; os caçadores gastam 35 M€ em acessórios, vestuário e calçado próprio; 71 M€ em viagens, dormidas e refeições; e os cães implicam uma despesa de 33 M€.

O negócio da caça tem um valor estimado de 330 M€, com um elevado potencial de crescimento, sobretudo relacionado com o turismo de estrangeiros, mas encontra-se confrontado com algumas condicionantes como a diminuição do número de caçadores ativos, a doença hemorrágica viral do coelho-bravo e a mudança das paisagens associadas aos sistemas agrários tradicionais.

Palavras-chave: cinegética, caçadores, desenvolvimento rural, Portugal

Economic value of hunting

Abstract. Hunting is an ancestral activity that arouses emotions and passions, but plays a crucial role in the management of wild resources, contributing to the recovery of populations that were practically extinct in Portugal: lynx, deer and bucks. It has a high potential to boost the less favored rural areas. The present study aims to estimate the economic value of the hunting activity: primary production and associated economic activities.

Hunting value was determined from the expenditure of the final consumer - the hunter. Secondary information from official entities and professional associations was used. Specialists from several economic activities were interviewed, and a survey was carried out on hunters. Hunting produces 103 M€ in goods and services; arms, ammunition, insurance and taxes amount to 85 M€; hunters spend 35 M€ on accessories, clothing and footwear; the dogs imply an expense of 32 M€; the trips represent a consumption of 71 M€, with the displacements, nights and meals.

The hunting business has an estimated economic value of 330 M€. It has a high potential to grow, associated with foreigners' tourism, but it has several constraints, such as the decreasing of active hunters, the wild rabbit viral hemorrhagic disease and the changes of rural landscapes.

Key words: hunters, rural development, Portugal

La valeur économique de la chasse

Résumé. La chasse est une activité ancestrale qui suscite des émotions et des passions, qui joue aussi un rôle crucial dans la gestion des ressources sauvages, contribuant à la reprise des populations en voie d'extinction au Portugal: le lynx, le cerf et le mouton. Cette activité a un fort potentiel pour stimuler les zones rurales moins favorisées. La présente étude vise à estimer la valeur économique de l'activité de chasse: la production primaire et les activités économiques associées.

La valeur économique a été déterminée à partir des dépenses du consommateur final - le chasseur. Nous avons utilisé des informations secondaires provenant organismes officielles et d'associations sectorielles, aussi nous avons interviewé un spécialiste et nous avons effectué un sondage auprès des chasseurs. La chasse produit 103 M€ en biens et services; les armes et munitions représentent 85 M€; 35 M€ de dépenses en accessoires,

vêtements et chaussures; les chiens impliquent une dépense de 32 M€; les voyages représentent 71 M€, avec les déplacements, les nuits et les repas.

L'activité de chasse a une valeur de 330 M€. Il a un fort potentiel de croissance, associé au tourisme, mais il est confronté à plusieurs problèmes, comme la diminution de chasseurs actifs, la maladie hémorragique virale du lapin sauvage, et les changements de paysage rural.

Mots clés: chasseurs, développement rural, Portugal

I. Introdução

A caça é uma atividade ancestral que suscita emoções e paixões, tanto dos seus defensores como dos contestatários, mas é seguramente uma atividade crucial no ordenamento e gestão dos recursos silvestres e tem um elevado potencial económico, nomeadamente para os territórios rurais de menor densidade populacional e mais desfavorecidos. Estimamos que a atividade cinegética possa movimentar anualmente cerca de 330 milhões de euros.

A cinegética pode, e deve ser usada como ferramenta de apoio à gestão das populações de animais selvagens, contribuindo para o equilíbrio dos ecossistemas, a promoção da biodiversidade e para uma ocupação territorial que contribua para a redução da incidência de incêndios florestais. Por exemplo, nos últimos anos, tem sido possível a recuperação de populações animais que se encontravam praticamente extintas em Portugal - lince, veado e corço -, pela ação das várias entidades entre as quais salientamos as entidades gestoras de zonas de caça associativa, turística, municipal e nacional. Existem também situações inversas, de excessos populacionais de algumas espécies cinegéticas, como é o caso de alguns ungulados, principalmente de javali, que causam elevados danos no ecossistema, prejuízos económicos nas culturas e aumentam os riscos de acidentes rodoviários. Nestes casos, a caça assume-se como um instrumento eficaz de controlo destas populações.

O grande desafio é promover uma gestão equilibrada das espécies cinegéticas, de forma a assegurar a evolução sustentável das populações e obter proveitos económicos da atividade. Para tal, é necessário compatibilizar a cinegética com as atividades agroflorestais ou tomar opções alternativas de ordenamento e gestão. O caso dos montados é bastante interessante porque tem um elevado potencial para a caça e para a pecuária, requer a intervenção humana para a sua sustentabilidade e coloca diversos desafios técnico-económicos de ordenamento e gestão. Um exemplo clássico é a necessidade de

proteger as novas plantações de sobreiros e azinheiras, em locais de grande densidade de cervídeos ou javalis, através da instalação de vedações ou de protetores individuais, sob pena da sua destruição.

O excesso de populações cinegéticas de caça maior tem vindo a provocar danos cada vez maiores no ecossistema dos montados. Também a produção bovina causa um impacto negativo nos solos e nas plantas, nomeadamente através do sobre pastoreio e do excesso de pisoteio em solos muitas vezes esqueléticos (com o conseqüente aumento da erosão), causando também danos severos nas azinheiras e sobreiros jovens, comprometendo o desejado renovo florestal.

Gerir populações de fauna selvagem (cervídeos e javalis) exige a aplicação de princípios básicos que assegurem a gestão sustentável dos recursos naturais envolvidos. Em primeiro lugar o habitat tem de ser o adequado às características ecológicas das espécies a explorar, sendo que o montado associado a zonas de mato (refúgio e descanso) e a culturas forrageiras (disponibilidade alimentar) representam de facto as condições ideais ao seu estabelecimento. Por outro lado, a capacidade de suporte do meio tem de ser bem avaliada de acordo com os recursos e características da exploração.

Na gestão cinegética temos de ter em consideração alguns fatores, dos quais salientamos: adaptação das espécies ao território; densidades compatíveis com a capacidade de suporte do meio, a fim de evitar danos significativos no habitat natural; criação de um mosaico diverso, constituído essencialmente por folhosas e matos intercalados por clareiras, sementeiras específicas para a fauna, existência de pontos de água; ordenamento das espécies pecuárias de forma a minimizar a competição entre animais domésticos e os de caça maior; existência de barreiras protetoras das culturas (p.e. vedações, cercas elétricas, canais de rega).

O principal, ou um dos principais, fatores críticos é a gestão equilibrada entre a carga animal e a capacidade de suporte do ecossistema, que varia muito

em função da tipologia ecológica do local, mas em termos médios deve ser da ordem dos 100 cervídeos por 1.000 ha. A partir desta densidade animal tem de proceder-se a um reforço da suplementação de forma a minimizar os impactes negativos no habitat.

A gestão da população de cervídeos (Figura 1) deve ser feita de acordo com um plano de gestão anual, onde se define previamente, de acordo com os censos efetuados, o número de animais e a classe etária a retirar do efetivo. Prioritariamente devem ser retirados animais jovens e adultos com defeito ou em más condições sanitárias, e ser estabelecida uma pirâmide etária, em que a base é constituída por animais jovens saudáveis e bem conformados, até ao topo da pirâmide onde devem constar os animais adultos, que constituem os trofeus para os caçadores. Estes podem ser bem valorizados, podendo atingir, a partir dos sete/oito anos de idade, valores da ordem dos 1.500€ ou mesmo 2.000€, se apresentarem características excecionais.

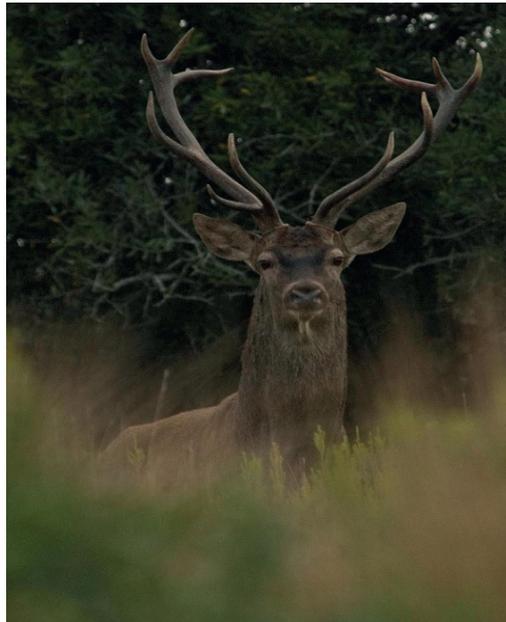


Figura 1 – Veado (*Cervus elaphus*)

Relativamente à população de javalis (Figura 2), a sua gestão tem de ser feita essencialmente por monitorização permanente, já que as fêmeas podem ter três partos em dois anos, o que facilmente poderá dar origem a um excesso de população. Neste sentido, montarias e esperas deverão ser equacionadas de forma a conter os níveis populacionais em valores ecologicamente aceitáveis.



Figura 2 - Javali (*Sus scrofa*)

A caça menor, basicamente perdiz (Figura 3), coelho-bravo (Figura 4) e lebre (Figura 5), vive outro tipo de problemas. A redução da área agrícola verificada nas últimas décadas e a monocultura intensiva (olival, vinha, eucalipto, etc.) causam uma perturbação no ecossistema que reduz ou dificulta o estabelecimento sustentável destas espécies. A juntar a estas condicionantes, um fator sanitário extremamente negativo (doença hemorrágica viral II), surgiu nos últimos anos e está progressivamente a dizimar as populações de coelho-bravo e lebres. Estes animais, que se encontram na base da cadeia trófica, constituem a espécie presa preferencial de muitos predadores que assim se vêm obrigados a procurar alternativas, especializando-se na captura de outros animais, causando assim desequilíbrios ecológicos com consequências muito nefastas quer ao nível da biodiversidade quer ao nível das próprias populações.



Figura 3 – Perdiz vermelha (*Alectoris rufa*)



Figura 4 – Coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*)



Figura 5 – Lebre (*Lepus granatensis*)

A caça menor representa a tradição mais comum em Portugal e não fora a doença viral hemorrágica do coelho, seguramente representaria ainda hoje o segmento mais significativo em número de caçadores. Contudo, a escassez de coelho-bravo tem levado a grande maioria dos caçadores a dedicarem-se à caça maior.

Infelizmente, alguns gestores de zonas de caça têm procedido a reforços cinegéticos de coelho-bravo (não autorizados) recorrendo muitas vezes a exemplares criados em cativeiro, geralmente com proveniência de Espanha e que no Centro e Sul de Portugal cruzaram com os coelhos nativos (algiros) originando descendências muito pouco resilientes, contribuindo assim, inadvertidamente, para a diminuição das populações desta espécie.

Quanto às espécies migradoras, podemos referir que se constata uma diminuição geral de populações (com algumas exceções) sem, contudo, estarem ameaçadas. Com base em critérios científicos poderá justificar-se nalgumas espécies uma caça mais limitada em número de autorizações diárias de abate ou até pela redução da duração da época de caça. De realçar que a caça às espécies cinegéticas migradoras representa uma fonte de rendimento bastante significativa.

O número de caçadores com licença de caça tem vindo a diminuir acentuadamente de ano para ano, cifrando-se atualmente em pouco mais de 110.000 (ICNF). Este fator está associado à idade avançada dos caçadores, verificando-se que apenas 14% têm idade inferior a 40 anos (idem), o que configura a continuação da situação de declínio, caso não se cativem jovens e turistas para esta atividade.

Contudo, o decréscimo de caçadores poderá converter-se numa oportunidade de gestão mais sustentável para as populações cinegéticas, diminuindo a pressão exagerada sobre algumas delas e, em simultâneo, ser um incentivo para uma gestão mais orientada para a rentabilidade económica e para a sustentabilidade das populações silvestres.

O objetivo do presente trabalho é apresentar os resultados da estimativa do valor económico da atividade caça, apurado a partir das despesas do consumidor final – o caçador. O livro incluiu um capítulo sobre a metodologia e no final terá um capítulo de síntese de considerações finais. Queremos agradecer às várias entidades oficiais que forneceram a informação fundamental para este estudo, assim como a colaboração de vários agentes da caça cujo apoio foi crucial para a realização de algumas estimativas. Sem eles não seria possível este trabalho. Neste sentido, agradecemos ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) na pessoa de Gonçalo Lopes, à Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) na pessoa de Mónica Mendes, à Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Associação Portuguesa de Seguradores. Também a vários agentes do setor da caça muito agradecemos, não o podendo fazer publicamente a todos por motivos de confidencialidades, contudo gostaríamos de destacar Pedro Vitorino (Grupo V), Pedro Lancastre (gerente da empresa de safaris «TOPMIC»), António Ramos (Associação Portuguesa de Matilhas de Caça Maior), Alfredo Fernandez (Matilha "os Amigos") e Artur Guérin (Associação dos Armeiros de Portugal).

II. Breve panorama do setor caça

Os recursos cinegéticos constituem um património natural renovável, suscetível de uma gestão otimizada e de um uso racional, conducentes a uma produção sustentada, no respeito pelos princípios da conservação da natureza e dos equilíbrios biológicos, em harmonia com as restantes formas de exploração da terra.

In Lei de Bases Gerais da Caça (lei n.º 173/99, de 21 de setembro)

O território nacional encontra-se praticamente todo submetido ao regime de caça ordenado (cerca de sete milhões de hectares), em que as Zonas de Caça Associativas (ZCA) adquirem especial relevância (Quadro 1), com cerca de três milhões de hectares, seguindo-se as Zonas de Caça Municipais (ZCM), a rondar os dois milhões e oitocentos mil hectares. As Zonas de Caça Turísticas (ZCT) ocupam cerca de um milhão e cem mil hectares e as restantes zonas de caça (Nacionais, Justiça e antigas Militares) representam um valor de cerca de quarenta e sete mil hectares (fonte: ICNF).

De acordo com os dados do ICNF, o número de caçadores, de acordo com as licenças de caça, tem vindo a diminuir acentuadamente de ano para ano, cifrando-se, no ano de 2014, em pouco mais de 110.000.

Quanto ao perfil etário do caçador verifica-se que apenas 14% têm idade inferior a 40 anos, o que configura um cenário de rápido decréscimo do número de praticantes nos próximos anos (fonte: ICNF).

Apesar deste panorama, aparentemente negativo, pode haver uma boa oportunidade para que este setor de atividade passe a ser gerido de uma forma diferente da que vem sendo usual. O decréscimo de caçadores possibilitará

seguramente uma gestão mais sustentável das populações cinegéticas, diminuindo a pressão exagerada sobre algumas e, em simultâneo, criará a necessidade de promover uma gestão mais orientada pelo rendimento económico e sustentabilidade das espécies.

Quadro 1 - Número de espécies abatidas por tipo de zona de caça

Espécie(s) cinegética(s)	ZCA	ZCM	ZCT	ZCN	Militar	MJ	Total
Codorniz	18.180	7.875	4.231	13			30.299
Coelho-bravo	199.403	115.190	15.853	319	11	22	330.765
Faisão	3.758	1.061	390	0			5.209
Galinhola	7.257	2.334	1.429	2	2		11.022
Lebre	24.916	6.786	6.175	55	4		37.932
Perdiz-vermelha	153.110	59.137	41.961	171	4		254.379
Raposa	8.739	3.522	1.825	80			14.166
Rola Comum	72.382	29.724	8.681	19	19		110.806
Pombos	117.968	58.217	38.941	144	79	0	215.270
Tordos	836.234	517.167	88.344	856	0	0	1.442.601
Patos	23.088	3.189	8.484	0	0	0	34.761
Galinhola	9.869	2.624	734	0	0	0	13.227
Caça maior	12.856	3.609	7.209	390	0	0	24.064
Outros (caça menor e predadores)	23.696	18.040	3.574	16	0	0	45.326
Total	1.511.456	828.475	227.831	2.065	119	22	2.569.827

Fonte: ICNF

III. Metodologia

O valor do setor da caça foi estimado a partir da despesa realizada pelo consumidor final, neste caso o caçador. Nesta despesa incluem-se os custos diretos com a atividade caça, desde o pagamento do serviço caça (seja através de uma quota ou do pagamento das peças abatidas), custo das armas e munições e despesas com os cães, e os custos indiretos onde constam as despesas de deslocação e estada, livros e revistas da especialidade. Os custos com as licenças e taxas associadas à caça (p.e. carta de caçador, licença de uso e porte de arma, licença dos cães e dos atrelados) constituem um pagamento de um serviço à Administração Pública e não uma transferência de rendimento, como sucede com os impostos. Por isso estão incluídos na estimativa do valor da atividade caça. O valor pago pelos caçadores nas zonas de caça - quota mensal, pagamento diário ou pagamento por espécie cinegética abatida -, constitui o produto bruto da caça, e inclui todos os custos necessários à sua produção (custos intermédios, salários, investimentos e remuneração do fator terra).

Considerou-se o período temporal de um ano. O número de abates foi apurado por época cinegética, tendo-se trabalhado os dados da época 2013/2014. Em relação à restante informação, considerou-se o ano civil 2014. Poder-se-ia ter utilizado alguns dados mais atuais, mas considerámos que era mais importante ter toda a informação com um determinado referencial temporal, o que nós dá uma ideia mais correta da estrutura da despesa final.

A informação necessária à estimativa do valor económico do setor da caça, foi fornecida por vários serviços oficiais (p.e. ICNF, DGAV e PSP), instituições do setor e dos seguros, recolhidas através de entrevista direta a vários especialistas (desde caçadores e matilheiros até produtores de caça e organizadores de safaris), e ainda, através de um inquérito dirigido aos caçadores (ver Anexos 1 e 2).

IV. Estimativa do valor económico da caça

IV.1. Valor dos bens e serviço de caça

IV.1.1. Zonas de caça turística

Nas zonas de caça turísticas (Figura 6), a caça é paga em função do número de espécies cinegéticas abatidas pelo que o valor da caça é apurado a partir do número de abates e do valor unitário de cada espécie cinegética. Nas zonas de caça foram abatidos 227.831 animais (Quadro 2), de acordo com os dados fornecidos pelo ICNF, na época venatória de 2014/2015.

Quadro 2 - Número de abates declarados nas ZCT

Espécie (s) cinegética(s)	Nº de abates declarados
Codorniz	4.231
Coelho-bravo	15.853
Faisão	390
Galinhola	1.429
Lebre	6.175
Perdiz-vermelha	41.961
Raposa	1.825
Rola Comum	8.681
Pombos	38.941
Tordos	88.344
Patos	8.484
Narcejas	734
Total de caça menor	217.048
Caça maior	7.209
Total	227.831

Fonte: ICNF

Estes valores estarão muito aquém da realidade pelo que não podem ser assumidos como os abates efetivos neste tipo de zona de caça. O uso dos valores declarados iria conduzir a uma subavaliação do valor económico.

O número de abates declarados por hectare nas ZCT é muito baixo face aos valores das ZCA e ao conhecimento pericial da produção por superfície, em ambas as zonas de caça. Por este facto, fez-se uma estimativa dos abates nas ZCT, assumindo que a produção por hectare, da caça menor, nas ZCT será, aproximadamente, 50% superior à das ZCA. A caça maior ocorre sobretudo nas ZCT e, neste caso, tivemos de assumir que a proporção dos abates declarados na caça maior será semelhante à proporção dos abates declarados para a caça menor. Assim, temos:

a) Estimativa dos abates de **caça menor** nas ZCT:

Nº de abates estimados ZCT = proporção da área ZCT / ZCA x fator de correção da produtividade x n.º de abates declarados nas ZCA

Nº de abates estimados ZCT = 0,033 x 1,5 x n.º de abates declarados nas ZCA

b) Estimativa dos abates de **caça maior** nas ZCT:

Calculámos a proporção entre o número de abates de caça maior e o número de abates de caça menor, declarados nas ZCT. Depois multiplicamos esse quociente - que é de 0,41 - pelo número de abates estimado de caça menor, obtendo assim o número de abates estimado de caça maior.

No quadro abaixo apresenta-se a estimativa do número de abates e o apuramento do valor da caça nas ZCT que se estima em **26.554.203€** (Quadro 3).

As 1.285 zonas de caça turísticas, com uma área de 1.253.978 ha, pagaram 1.063.412€ de taxas de concessão. Este custo está incorporado no valor da caça paga pelos caçadores pelo que não é contabilizado.

Quadro 3 – Estimativa do valor da caça nas ZCT

Espécie(s) cinegética(s)	Nº de abates declarados (ZCT)	ZCA (animais abatidos)	Nº de abates estimados (ZCT)	Valor unitário	Valor da caça
Codorniz	4.231	18.180	11.166	8,00 €	89.328 €
Coelho-bravo	15.853	199.403	122.471	20,00 €	2.449.420 €
Faisão	390	3.758	2.308	25,00 €	57.700 €
Galinholas	1.429	7.257	4.457	40,00 €	178.280 €
Lebre	6.175	24.916	15.303	40,00 €	612.120 €
Perdiz-vermelha	41.961	153.110	94.038	28,00 €	2.633.064 €
Raposa	1.825	8.739	5.367	- €	- €
Rola Comum	8.681	72.382	44.456	8,00 €	355.648 €
Pombos	38.941	117.968	72.454	10,00 €	724.540 €
Tordos	88.344	836.234	513.604	2,00 €	1.027.208 €
Patos	8.484	23.088	14.180	20,00 €	283.600 €
Narcejas	734	9.869	6.061	15,00 €	90.915 €
Caça menor (sem predadores)	217.048	1.474.904	905.865		8.501.823 €
Caça maior	7.209		30.087	600,00 €	18.052.200 €
Total	227.831		939.526		26.554.203 €

**Figura 6** – Gamo (*Cervus dama*)

IV.1.2. Zonas de caça associativa

Nas zonas de caça associativa (ZCA) o pagamento da atividade cinegética é feito através das quotas pagas pelos associados e não pelas peças abatidas, como sucede nas ZCT. Atualmente estão registados 150.703 caçadores, de acordo com os dados do ICNF de 2014, mas muitos deles pertencem simultaneamente a duas ZCA, razão pela qual este número é muito superior ao número de licenças de caça (110.000).

É difícil saber o valor das quotas pagas por cada caçador individualmente pelo que o seu valor tem de ser estimado a partir de inquérito. No âmbito do presente trabalho realizou-se um inquérito aos membros de algumas associações, tendo sido o número de respostas relativamente pequeno. Por esse facto, estimou-se um valor médio - que se cifrou em 480€/ano - a partir das respostas ao questionário e entrevistas a especialistas. O valor médio da quotização individual será, muito provavelmente, um pouco inferior ao indicado, mas optámos pelos 480€ anuais porque muitas ZCA exigem uma joia de inscrição, que muitas vezes atinge valores superiores a meia centena de euros. Considerando o número de caçadores registados nas ZCA e a quotização média anual, temos:

$$\text{Valor da caça} = 150.703 \text{ caçadores de ZCA} \times 480\text{€ por caçador} = \mathbf{72.337.440\text{€}}$$

De acordo com o boletim do INE, no ano de 2014, as 2.576 zonas de caça associativas, com uma área total de 3.062.531 ha, pagaram de taxas o valor de 1.746.512€. Este valor está incorporado nas taxas pagas pelos associados à associação de caça.

IV.1.3. Zonas de caça municipal

Nas zonas de caça municipais o pagamento final é feito por dia de caça. Para apurar o valor da caça nestas zonas de caça, tivemos de estimar um valor médio

por ZCM. A variância de custos nas zonas de caça municipais é muito pouco significativa.

Recorrendo aos editais do ICNF, e tomado por base 10 ZCM, podemos estimar um valor médio unitário de 1.730€/ZCM.

Existem 931 ZCM, pelo que o valor da caça será de **1.610.630€**.

As zonas de caça municipais estão isentas do pagamento de taxas de caça.

IV.1.4. Zonas de caça nacional e outras zonas de caça

Nas zonas de caça nacional (ZCN) foram obtidos os seguintes valores relativos ao exercício da atividade cinegética:

ZCN Mafra - **11.248€** (fonte: Tapada Nacional de Mafra)

ZCN Lombada - **21.026€** (fonte: ICNF)

Relativamente às restantes ZCN, militares e da Justiça, não foi possível obter os dados, mas o seu valor é muito baixo pelo que a sua omissão não tem efeitos significativos nos resultados finais.

IV.1.5. Exportações de animais vivos

Algumas unidades de produção de caça exportam animais vivos com fins cinegéticos. Para estimarmos o valor deste item, recorreremos aos registos do *Traces* que é o sistema informático veterinário integrado que permite monitorizar o movimento de animais e de produtos de origem animal que entram na União Europeia e entre estados membros (Decisão da Comissão n.º 2003/623/CE, de 19 de agosto). Segundo informação da DGAV, foram emitidos os seguintes certificados *Traces* para aves com destino a outros Estados Membros, com fins cinegéticos: dois certificados para 350 faisões; 17 certificados

para 20.060 perdizes; e 56 certificados para 35.804 patos. Assumindo um valor médio de venda de 10€ por ave, temos:

$$(350 + 20.060 + 35.804) \times 10\text{€} = \mathbf{562.140\text{€}}$$

IV.1.6. Venda de animais abatidos a outros setores de atividade

Alguns proprietários de caça também vendem peças cinegéticas abatidas após as montarias (Figura 7), obtendo assim uma receita adicional ao valor pago pelos caçadores. Estas peças são vendidas diretamente a empresas de comercialização de carne (essencialmente espanholas), sem passarem por salas de desmancha em matadouros nacionais. Não existe informação disponível sobre este valor que só poderá ser apurado através de inquérito aos operadores, o que não foi possível fazer em tão pouco espaço de tempo.

Contudo, pela experiência de alguns caçadores, podemos estimar que pelo menos em cinquenta montarias (número que deverá ser confirmado em inquérito posterior), a carne das reses abatidas é vendida para Espanha ao valor de 2,20€/Kg.

Considerando que em média são abatidas 40 reses a um peso médio de 120 kg, temos:

$$30 \text{ (montarias)} \times 30 \text{ (reses)} \times 120 \text{ (Kg)} \times 2.20\text{€} = \mathbf{237.600\text{€}}$$

Pelo exposto acima, o valor acrescentado pela transformação é transferido para Espanha que posteriormente exporta este tipo de produtos para os países do norte da europa. Em poucos casos, os animais são desmanchados em matadouros nacionais. O valor da taxa de abate é de apenas um euro por peça (javali ou veado) e, de acordo com a informação proveniente da DGAV, apenas foram desmanchados 28 javalis e 50 veados.



Figura 7 – Reses numa montaria

IV.2. Armas, munições, licenças e seguros

IV.2.1. Custos com armas e munições

De acordo com informação da PSP, no ano de 2014, foram transacionadas 3.321 armas da classe C e 48.222 da classe D. Considerando um valor médio de 1.100€ para as armas da classe C e de 1.000€ para as da classe D (fonte: entrevista a armeiro), obtemos um valor de:

Classe C - $3.321 \times 1.100\text{€} = 3.653.100\text{€}$

Classe D - $48.222 \times 1.300\text{€} = 62.688.600\text{€}$

Valor da venda de **armas: 66.341.700€**

A metodologia mais correta, do ponto de vista contabilístico, seria apurar as amortizações destes bens duradouros porque estamos a trabalhar com valores anuais. Mas, essa tarefa seria efetivamente impossível porque teríamos de ter as datas e valores iniciais da compra de todas as armas. Por isso, optou-se pelo

valor das aquisições num determinado ano, o que poderá ter algum enviesamento, mas terá um bom ajustamento ao custo médio anual em armas de caça.

Para a estimativa da despesa final com munições, recorreremos ao número de animais abatidos e do número estimado de munições por cada peça de caça menor e de caça maior. De acordo com os resultados de exploração cinegética para o ano de 2014, foram abatidos 4.183.813 animais (estimativa nossa), dos quais 46.942 foram de caça maior. Considerando que, em média, por cada peça cobrada se utilizam seis munições em caçadeira e sete em carabina, temos os seguintes valores:

- a) **Caçadeiras:** $4.136.871$ (peças de caça menor) $\times 6$ (tiros) = $24.821.226$ (cartuchos) que a dividir por 25 cartuchos = 992.849 caixas. Considerando um valor médio por caixa de 25 de cartuchos de 6€, temos **5.957.094€**.
- b) **Carabinas:** 46.942 (peças de caça) $\times 7$ (tiros) = 328.594 (balas) que a dividir por 20 balas = 16.430 caixas de munições de caça maior, ou seja: $16.430 \times 55€$ (preço médio da caixa) = **903.650 €**.

IV.2.2. Custos com carta de caçador, licenças e seguros

a) Carta de caçador

No ano de 2014 foram faturados por concessão, renovação ou outros custos associados relativos à obtenção/renovação da carta de caçador **295.301 €**(fonte: ICNF)

b) Licença de uso e porte de arma

No ano de 2014 foram emitidas por concessão inicial ou renovação 12.166 licenças de uso e porte de arma da classe C e 36.710 licenças de uso e porte de arma da classe D, totalizando 48.876 licenças, (fonte: PSP).

$$48.876 \times 36\text{€} = 1.759.536\text{€}$$

c) Cartão internacional das armas

De acordo com informação da PSP, foram emitidos no ano de 2014, 731 cartões europeus de arma de fogo o que corresponde a um custo de:

$$731 \times 87,50\text{€} = 63.963\text{€}$$

d) Licenças nacionais

No ano de 2014 foram emitidas 43.184 licenças de caça nacionais que originaram uma receita de **2.777.163€** (fonte: ICNF)

e) Licenças regionais

No ano de 2014 foram emitidas 75.488 licenças de caça regionais que originaram uma receita de **2.426.938€** (fonte: ICNF)

f) Licenças não Residentes

No ano de 2014 foram emitidas 1.274 licenças de caça a não residentes que originaram uma receita de **136.496€** (fonte: ICNF)

g) Seguro de responsabilidade civil

Por informação da APS - Associação Portuguesa de Seguradores, no que diz respeito ao seguro obrigatório de responsabilidade civil do caçador, foram emitidos no ano de 2014 prémios no montante de **4.400.000€** (uma média de 40€/seguro/ano).

A título informativo, existe ainda o denominado seguro de montaria cujo valor não é possível de quantificar, mas que ronda os 100€ por grupo de 25 caçadores. Este seguro tem vindo a ser cada vez menos praticado e hoje, apenas uma pequena parte das montarias organizadas o faz. Não sendo obrigatório qualquer declaração para organizar uma montaria, não é possível hoje saber

quantas se praticam em Portugal embora se estime um número superior a um milhar. Prevê-se que muito brevemente esta situação seja objeto de uma clarificação com base em nova iniciativa legislativa.

IV.3. Custos com os cães de caça

IV.3.1. Custos com licenças, identificação, vacinação e sanidade

a) Licenças dos cães de caça:

De acordo com os dados do Sistema de Identificação de Canídeos e Felinos (SICAFE), estão registados na categoria de cães de caça 423.454 cães. Considerando os registos ativos (registos sem averbamento da data de morte), verifica-se a existência de apenas 290.410 registos nesta categoria.

Considerando que o valor das **licenças**, emitidas pelas juntas de freguesia para cães de caça, não é uniforme, assumiu-se um valor médio de 8€ (a taxa varia de 5 a 12€). Assim, o valor anual das despesas será de: $290.410 \times 8€ =$ **2.323.280€**

b) Identificação, vacinação e sanidade:

Estão atualmente (em 2014) autorizados na DGAV apenas 13 canis de caça pelo que valor em questão não é significativo. Sabemos, contudo, que existem em Portugal mais de 500 canis de caça, muitos dos quais se encontram em fase de licenciamento.

Relativamente à identificação eletrónica e vacinação anti rábica, sendo obrigatória para os cães de caça. O custo médio de vacinação e identificação, segundo informações de um veterinário que lida no campo com este tipo de obrigações legais, é de: 12€ para a vacinação e de 8 € para a identificação, o que perfaz um total de 20€ por animal, quando efetuado pelas câmaras municipais; 15€ e 20€, respetivamente, quando realizada por médico veterinário privado.

Tendo-se em consideração que a grande maioria dos cães são vacinados e *chipados* por iniciativa municipal, optou-se por considerar essa situação, de forma generalizada, para efeitos de apuramos da despesa com a **vacinação e identificação** dos cães de caça.

Assim obtemos o seguinte valor: $290.410 \text{ (cães)} \times 20\text{€} = 5.808.200\text{€}$

IV.3.2. Custos alimentação

a) Subprodutos cat3 – matilhas autorizadas

Das 43 matilhas registadas na DGAV e com autorização para receberem subprodutos animais de categoria 3 (cat3) para alimentação animal, nove adquiriram em 2014, 89.878 kg de M3 a operadores autorizados. Das restantes, não existem dados.

A UTS (Unidade de Transformação de Subprodutos) compra subprodutos animais de categoria 3 para transformar em ração, a 0,18 – 0,21€/kg. Não foi possível saber quantidade e custos associados ao consumo de ração por parte das matilhas.

De salientar que não existem dados que reflitam a realidade pelo que apenas se apresenta este valor sabendo, contudo que o valor real é muito superior ao indicado.

Valor estimado: $89.878 \times 0,20\text{€} = 17.976\text{€}$

b) Alimentação com ração:

No caso dos cães de caça maior é difícil a recolha de informação prestada pelos matilheiros. Em 2014 estavam registadas 253 matilhas (sabe-se que este número será bastante superior), estimando-se que cada matilha tem em média cerca de 50 cães (12.650 no total) e que cada matilha consome 500 kg de ração por mês, acrescido de outros recursos alimentares não especificados,

nomeadamente de subprodutos cat3, temos um consumo mensal de 126.500 kg de ração.

Se ao total dos cães de caça registados (290.410 cães) retirarmos os cães de caça maior (12.650), obtemos os cães afetos à caça menor, ou seja, um número de 277.760. Estimamos que um cão de porte menor, come em média, 20 kg de ração por mês, mas como muitos dos donos dos animais lhes dão sobretudo restos da alimentação humana, atribuímos apenas 50% da alimentação com ração, o que representa um consumo mensal de 2.777.760 kg de ração.

Considerando um custo de 0,60€/kg de **ração**, temos um valor estimado de:

$$(126.500 \text{ kg} + 2.777.600 \text{ kg}) \times 0,60\text{€/kg} \times 12 \text{ meses} = \mathbf{20.909.520\text{€}}$$

IV.3.3. Custos com os transportadores dos cães

a) Taxas de viaturas e atrelados

O Regulamento (CE) n.º 1/2005, de 22/12/2004, define as obrigações dos transportadores com fins comerciais, nomeadamente a obrigação dos mesmos se encontrarem autorizados pela DGAV. O transporte de cães com fins comerciais e muito em especial o transporte de matilhas de cães para caça maior, é considerado como tendo um fim comercial, pelo que se enquadra no âmbito do citado Regulamento.

Existem atualmente 253 transportadores de cães, com autorização válida emitida pela DGAV. No entanto, não é possível diferenciar o objetivo da atividade comercial dos transportadores, podendo no número apresentado incluir-se transporte de cães de caça (matilhas para caça maior), para além de outros tipos de transportes comerciais de cães (prestação de serviços, venda de animais, etc.). As autorizações de transportador de animais têm uma validade de cinco anos e carecem do pagamento de uma taxa de 50€, que se encontra prevista no Decreto-lei n.º 265/2007, de 24 de julho.

Assim temos como valor das **taxas de transporte de animais**: $253 \times 10\text{€} = 2.530\text{€}$

b) Transporte de cães de caça maior:

Apesar de não ser possível diferenciar o objetivo da atividade comercial, é evidente que a grande maioria, senão a totalidade, dos transportadores de cães registados são pertença de matilheiros. Estima-se que em Portugal existam mais de 600 matilhas de caça maior. Destas, a grande maioria tem interesse em produzir um novo quadro legislativo que contribua para a transparência do setor, mas os entraves internos e externos são por demais evidentes pelo que o processo será seguramente muito lento.

Havendo apenas registo de 253 transportadoras de cães autorizadas pela DGAV, desprezamos a realidade e guiar-nos-emos pelos números oficiais. Podemos estimar que cada viatura tem um custo médio de 25.000€ (informação de matilheiro) a que acresce um valor de 4.000€ para a sua adequação ao transporte dos animais.

Considerando que estamos perante um custo com uma amortização estimada de 10 anos, chegamos ao seguinte valor anual para as **viaturas para transporte de cães de caça maior**:

$$25.000\text{€} + 4.000\text{€} = 29.000\text{€} \times 253/10 = 733.700\text{€}$$

c) Transporte de cães de caça menor:

Quanto aos atrelados de caça menor, de acordo com o inquérito efetuado aos caçadores, não foi possível determinar esse valor. Em inquérito futuro deverá ter-se este indicador em presença por constituir um valor bastante significativo.

Considerando que existem 290.410 cães de caça registados no ano de 2014 e que destes 12.600 são animais de caça maior, ficam 277.760 cães de caça menor.

Destes estimamos com base na sensibilidade manifestada por caçadores que 50% circulam em reboques de caça menor (não exigem licenciamento) e que cada atrelado transporta cinco cães em média.

Temos assim que 138.880 cães circulam em atrelados e considerando que cada reboque transporta cinco cães, existirão 27.776 atrelados de caça menor. Por consulta ao mercado estimamos um valor médio por atrelado de 1.000€. Existindo 27.776 atrelados e que estes têm uma vida útil de dez anos, obtemos o seguinte valor para as **viaturas para transporte de cães de caça menor**:

$$27.776 \times 1.000\text{€}/10 = 2.777.600\text{€}$$

IV.4. Custos com acessórios de caça, vestuário e calçado

IV.4.1. Acessórios de caça

a) Miras telescópicas:

O acessório de caça mais vendido é a mira telescópica para carabina. Assim, podemos estimar que as armas de caça maior transacionadas em 2014 (48.222) se encontram equipadas com uma ótica, cujo custo médio é de 800€ (Loja: «Kettner»). O período de vida útil para este tipo de equipamentos é de 10 anos. Assim estima-se o seguinte valor para o consumo anual com **miras telescópicas**:

$$48.222 \text{ miras} \times 800\text{€}/\text{mira} \times 0,10 = 3.857.760\text{€}$$

b) Outros acessórios de caça:

Os restantes acessórios, apesar da grande diversidade, em termos individuais não são tão representativos pois muitos deles são adquiridos uma só vez. De acordo com informação fornecida pela loja «Kettner», estima-se um custo médio de 50€ por caçador/ano. De acordo com o inquérito aos caçadores, o valor apurado foi de 115€ por caçador para esta rúbrica. A discrepância entre estes valores significa que não dados consistentes sobre o assunto. Optámos por um valor próximo da média entre os dois, ou seja de 80€, valor que deverá ser confirmado em trabalhos posteriores.

Partindo deste pressuposto e do número de caçadores, a partir das licenças de caça atribuídas a residentes nacionais, temos o seguinte custo anual para **outros acessórios de caça**:

$$118.672 \times 80\text{€} = \mathbf{9.493.760\text{€}}$$

IV.4.2. Vestuário e calçado

Em termos de vestuário e calçado, um caçador gasta em média 200€/ano (fonte: loja «Kettner»). De acordo com os resultados dos inquéritos aos caçadores, o valor apurado é de 183€, valor que entendemos ser mais consentâneo com a realidade, pelo que apuramos o seguinte valor:

$$118.672 \times 183\text{€} = \mathbf{21.716.976\text{€}}$$

IV.5. Despesas com transporte, dormidas e restauração

IV.5.1. Despesas de deslocação

Os resultados apurados a partir do inquérito aos caçadores, indicam que cada caçador realiza - em média - 23,7 caçadas por ano e desloca-se cerca de 100 km. Apuramos que, em média, cada viatura que se desloca para a caça transporta 1,7 caçadores.

Se assumirmos um custo de 0,36€/km pela utilização de automóvel próprio (de acordo com os limites legais para efeitos fiscais), temos um custo anual por viatura de 853€. Dividindo este valor pelo número de caçador por viatura, obtemos um custo anual de 500€ por caçador.

Assim, temos para despesas de **deslocação** em território nacional:

$$118.672 \times 500\text{€} = \mathbf{59.336.000\text{€}}$$

IV.5.2. Despesas de hotelaria e restauração

a) Despesas com dormidas

Os resultados do inquérito indicam-nos um gasto médio em **dormidas**, por caçador, no valor de 110€/ano. Considerando que apenas os caçadores que possuem licença nacional (43.184), dormem fora da sua região, temos que:

$$43.184 \times 110\text{€} = \mathbf{4.750.240\text{€}}$$

b) Despesas com restauração

Com base no inquérito, apurou-se um custo médio anual, em refeições, próximo dos 150€ por caçador. Seguindo um raciocínio similar ao ponto anterior, para efeitos da estimativa da despesa com refeições em restaurantes e estabelecimentos similares, considerou-se o número de caçadores com licença nacional, pois os outros (com licença regional), só muito raramente tomam **refeições** pagas. Assim, temos:

$$43.184 \text{ (caçadores)} \times 150\text{€} = \mathbf{6.477.600\text{€}}$$

IV.6. Taxidermistas

A informação disponível para consulta sobre o valor da taxidermia em Portugal é muito limitada ou mesmo inexistente, por isso tivemos de optar pela metodologia da entrevista direta pelo que os indicadores que se apresentam deverão ser confirmados em trabalho posterior, embora, pela segurança da fonte de informação, pensemos que os valores apresentados não se afastem muito da realidade.

a) **Tábuas com espécies cinegéticas nacionais**

Os taxidermistas produzem anualmente cerca de 2.000 tábuas com dentes de javali e cerca de 1.000 tábuas com hastes de veado. O valor médio de cada tábua é de 50€ e de 70€, respetivamente.

De uma forma geral, o embalsamamento de outras espécies, apesar de existente, não é muito significativo pelo que não se considera no presente estudo.

Assim, chegamos ao seguinte valor anual para as espécies cinegéticas nacionais:

$$2.000 \times 50€ + 1.000 \times 70€ = 170.000€$$

b) **Troféus internacionais**

Segundo entrevista feita a uma das maiores empresas portuguesas organizadora de safaris, a taxidermia de trofeus importados processa-se da seguinte forma:

São abatidos anualmente cerca de 1.000 animais (em safaris) que são objeto de tratamento de taxidermia ao valor médio de 800€ cada. Destes, cerca de 70% dos trofeus são tratados em Portugal, o que significa que cerca de 700 troféus são preparados por taxidermistas portugueses, pelo que temos:

$$700 \times 800€ = 560.000€$$

IV.7. Turismo cinegético internacional

IV.7.1. Receitas internas provenientes de caçadores estrangeiros

a) **Bens e serviço de caça**

Quanto ao turismo internacional com origem em caçadores estrangeiros que vêm caçar ao nosso país, conseguimos apurar que existem 10 empresas de ZCT a operar neste segmento de mercado. Em geral, o turista desembarca no

aeroporto de Faro e dorme num hotel em Altura, sendo posteriormente conduzido às zonas de caça que se situam maioritariamente nos concelhos de Mértola e Almodôvar.

O número aproximado de turistas é da ordem dos 400 por ano e pagam as perdizes a 38,50€/cada. Sendo difícil, por falta de informação disponível, apurar o número de exemplares abatidos, estimamos em 100 **perdizes** o número médio por caçador. Assim, temos: $400 \times 100 \times 38.5\text{€} = 1.540.000\text{€}$

Para além das empresas de Mértola e Almodôvar, existem ainda caçadas aos **pombos** torcazes praticadas perto de Alcácer do Sal, mas não foi possível apurar o valor. Considerando que é apenas uma situação isolada podemos avançar com um número de 15 grupos de três caçadores ao custo unitário de 1.500€ cada, temos: $15 \times 3 \times 1.500\text{€} = 67.500\text{€}$

Assim, estimamos que o serviço de caça a turistas estrangeiros é de **1.607.500€**.

b) **Despesa com hotelaria**

Além do serviço da caça, há que considerar também as receitas provenientes das dormidas. Para tal, consideramos 400 noites ao preço médio de 80€/noite, ou seja:

$$400 \times 80 = 32.000\text{€}$$

IV. 7.2. Receitas internas provenientes de caçadas no estrangeiro

Para apurarmos este valor, inquiremos uma empresa de turismo cinegético internacional, no intuito de obter informações sobre o número de caçadas no estrangeiro, o valor médio pago por caçada e a percentagem de receitas para as empresas turísticas nacionais.

Em média são realizados 300 safaris de caça grossa, ao valor unitário de 7.500€ por pessoa. De caça menor são realizados cerca de 700 safaris (Guiné, Argentina, Argélia, etc.) ao valor médio de 3.000€ cada. Destes 1.000 safaris, realizados anualmente por portugueses, apenas 40% são feitos com o recurso a agências turísticas nacionais, sendo que os restantes 60% são tratados diretamente entre caçador, companhia aérea e zona de caça do país onde se efetuam as caçadas.

a) Serviço das agências turísticas nacionais:

O valor anual pago pelos caçadores nacionais em safaris é de 4.350.000€, mas as agências nacionais apenas comercializam 400 safaris (40% do total de safaris), pagando 80% sobre o valor faturado às empresas externas que organizam as caçadas.

Assim temos uma receita de:

$$4.350.000 \times 40\% \times 20\% = 348.000\text{€}$$

b) Viagens e taxas aeroportuárias:

Em 60% dos casos, os caçadores contratam o serviço de safari diretamente às empresas de caça. Nestes casos, as receitas internas são apenas provenientes das viagens aéreas e taxas aeroportuárias. Este valor não é, de momento, possível de quantificar. No entanto, podemos fazer um exercício de estimativa. Considerando que anualmente se realizam 600 safaris organizados por iniciativa individual (60% do total dos safaris), se contabilizarmos apenas o valor das viagens e das taxas, temos:

$$600 \text{ (safaris)} \times 1.200\text{€ (custo de cada viagem)} = 720.000\text{€}$$

IV. 8. Revistas, livros e encadernações

a) Revistas

Em 2014 foram publicadas as revistas:

"Caça e cães de caça" com 12 edições anuais, $6.195 \times 12 \times 4.95 = 367.983\text{€}$

"Caça maior e safaris" com 2 edições anuais, $2.750 \times 2 \times 6.95 = 38.225\text{€}$

- Edições extra (temáticas) com 4 edições por ano, $6.195 \times 4 \times 6.95 = 172.221\text{€}$

O que totaliza **578.429€**

Existe ainda um pequeno mercado de revistas importadas cujo valor é difícil de apurar. Considerando tratar-se de um mercado de pequena dimensão económica, não foi calculado o seu valor económico.

b) Livros e encadernações

Anualmente são publicados em média cinco livros de caça, com uma edição de 5.000 exemplares e vendidos ao custo médio de 30€/livro, o que totaliza **750.000€/ano**.

c) Encadernações

Um mercado que tem vindo a crescer é o da encadernação de publicações antigas de livros e revistas e que se estima que possa valer cerca de **50.000€/ano**.

V. Síntese e considerações finais

A partir dos valores estimados para o consumo de vários bens e serviços associados ao negócio da caça, elaborou-se um quadro síntese onde se agregam as várias despesas de consumo pelo setor de atividade económica. Todos os valores apurados são referentes ao consumo final realizado pelos caçadores, nacionais ou estrangeiros, em território nacional, exceto: venda de peças de caça abatidas a empresas de desmancha e comercialização de carnes (a maioria espanholas); e a exportações de espécies vivas para fins cinegéticos. Estes bens correspondem a produtos intermédios, mas contabilizámo-las por duas razões: constituem uma receita extra para as unidades de produção de caça, e o seu valor tem um peso muito pequeno no valor total da caça (de apenas 0,24%).

Considerámos os seguintes agregados económicos:

- Produção de caça pelo setor primário, o que inclui as receitas dos diferentes tipos de zona de caça, provenientes das vendas e quotizações dos caçadores, mais as vendas a caçadores estrangeiros que se deslocam a Portugal para caçar, e as receitas adicionais provenientes da exportação de animais vivos e da venda de peças de caça a outros agentes económicos;
- Despesas com armas, munições, licenças e seguros, que inclui a venda de armas e munições pelos armeiros; as taxas pagas pelos caçadores ao estado, relativas a carta de caçador, licenças de caça, de uso e porte de arma; e ainda os prémios de seguros pagos a entidades do sistema financeiro;
- Despesas com os cães de caça, onde são contabilizados os gastos com a alimentação (rações e subprodutos); as despesas veterinárias com a identificação, vacinação e sanidade; e as despesas com os transportadores para cães, que incluem as taxas pagas ao estado e a aquisição de veículos de transporte;

- Despesas com vestuário, calçado e acessórios de caça, onde são contabilizados os gastos com as miras telescópica, vestuário, calçado e outros acessórios comprados nas lojas especializadas.
- Despesas com deslocações, dormidas e restauração, que foram agregadas em custos com as viagens de residentes em território nacional realizadas com viatura própria (os custos corresponderão aos combustíveis, portagens, manutenção e desgaste da viatura); ao consumo com refeições e dormidas, também pelos residentes nacionais; e, à parte, as despesas de hotelaria realizadas pelos estrangeiros que se deslocam para caçar, o que permite ter um apuramento do turismo cinegético.
- As despesas dos residentes que se deslocam ao estrangeiro para caçar, o que inclui o pagamento às agências de viagens pelo serviço de turismo, e as viagens de avião e respetivas taxas aeroportuárias; estes gastos, juntamente com o consumo dos estrangeiros em Portugal, permite apurar o negócio do turismo cinegético para as empresas sedeadas em Portugal;
- As despesas com taxidermistas que é um trabalho muito especializado;
- As despesas com livros, revistas e encadernações.

No quadro de síntese apresenta-se o valor apurado para cada um dos itens acima referidos, a distribuição percentual de cada um dos agregados em relação ao total, e a percentagem de cada um dos itens pelo respetivo agregado económico.

Contabilizando todas as estimativas, temos que o negócio da caça tem um valor económico estimado em **329,6 milhões de euros** (Quadro 4).

Quadro 4 – Síntese da estimativa do valor económico da caça

Rubrica	Valor apurado (€)	% subtotal	% total
Consumo de bens e serviços da caça	102.941.607 €		31%
Caça em ZCT	26.554.023 €	26%	
Caça em ZCA	72.337.440 €	70%	
Caça em ZCM	1.610.630 €	2%	
Caça em ZCN	32.274 €	0%	
Caça vendida a caçadores estrangeiros	1.607.500 €	2%	
Peças de caça vendidas a outras atividades económicas	237.600 €	0%	
Exportações de espécies cinegéticas	562.140 €	1%	
Despesas com armas, munições, licenças e seguros	85.061.841 €		26%
Armas	66.341.700 €	78%	
Munições	6.860.744 €	8%	
Licenças de uso e porte de arma e de caça	7.459.397 €	9%	
Seguros de responsabilidade civil	4.400.000 €	5%	
Despesas com os cães de caça	32.572.806 €		10%
Alimentação	20.927.496 €	64%	
Licenças, identificação, vacinação e sanidade	8.131.480 €	25%	
Atreloados de transporte	3.513.830 €	11%	
Despesas com acessórios de caça, vestuário e calçado	35.068.496 €		11%
Acessórios de caça	13.351.520 €	38%	
Vestuário e calçado	21.716.976 €	62%	
Despesas com transportes, dormidas e restauração	70.563.840 €		21%
Transportes nacionais em viaturas próprias	59.336.000 €	84%	
Hotelaria e restauração	11.227.840 €	16%	
Dormidas vendidas a caçadores estrangeiros	32.000 €		
Outras despesas de consumo	3.176.429 €		1%
Taxidermistas	730.000 €		
Deslocações de portugueses ao estrangeiro para caçar	1.068.000 €		
Revistas, livros e encadernações	1.378.429 €		
TOTAL	329.622.618 €		100%

Nas despesas da caça – consumo final do caçador – a atividade cinegética corresponde a menos de um terço, com um valor um pouco acima dos 100 milhões de euros. A segunda parcela mais elevada corresponde às despesas com as armas, munições e despesas associados (licenças e seguros), com um valor próximo da atividade cinegética, mas que tem uma componente muito grande de importações – as armas e parte das munições. A despesa com acessórios, vestuário e calçado representa 11% do consumo total e é semelhante aos gastos com os cães de caça. As despesas com transportes, dormidas e restauração correspondem a pouco mais de um quinto da despesa total, mas 84% é relativo

aos transportes em viaturas próprias e que estimamos em quase 60 milhões de euros. Este valor é um dos que tem de ser visto com alguma precaução porque se baseou num inquérito relativamente pequeno. A concluir será de salientar que a caça vendida a estrangeiros representa apenas 2% do valor dos bens e serviços da caça, existindo certamente uma grande margem de incremento desta atividade, sobretudo tendo em consideração a dinâmica do turismo de estrangeiros em Portugal e a potencialidade do turismo em espaço rural.

O negócio da caça tem um valor significativo, de quase 330 milhões de euros, terá certamente um potencial de crescimento associado ao turismo, mas encontra-se confrontado com diversos problemas que condicionam a sua evolução. Destes, salientamos a diminuição do número de caçadores ativos, a doença hemorrágica viral do coelho-bravo e a questão da mudança da paisagem e dos sistemas de produção tradicionais. Para a primeira situação pouco haverá a fazer pois é previsível que os valores culturais urbanos continuem em expansão face aos valores do mundo rural, situação que fica bem demonstrada pelo parco número de caçadores com idade inferior a trinta anos. A questão sanitária do coelho-bravo tem conduzido a uma mudança radical na tipologia da caça praticada, com efeito, há cerca de dez anos uma larga percentagem dos caçadores dedicava-se à caça esta espécie, mas agora, na sua falta, dedica-se à caça maior (essencialmente javalis). A terceira situação decorre do abandono dos sistemas de agricultura tradicional que conduziram ao crescimento de matos muito associados às espécies de caça maior e, infelizmente, aos incêndios florestais.

Face a este panorama, a caça deverá prosseguir nos próximos anos uma estratégia diferenciada no sentido de proporcionar uma gestão equilibrada dos seus recursos, a criação de riqueza e postos de trabalho locais e uma maior rentabilidade na sua exploração económica

VI. Valor Económico da Caça de Base Territorial. Mértola, um caso singular

Neste trabalho fizemos a estimativa do valor económico do negócio da caça em Portugal.

A caça é uma atividade eminentemente territorializada e, portanto, será de todo o interesse analisar a economia da caça na ótica do território e o respetivo contributo para o desenvolvimento local. A caça constitui um caso curioso, é dos poucos em que o consumidor, neste caso os caçadores, consome o produto/serviços no local de produção.

Claro que na análise económica de base territorial dever-se-á ter em conta a economia das unidades produtoras de caça, mas também os consumos (*inputs*) dos caçadores, nomeadamente, deslocações, dormidas e refeições.

O concelho de Mértola pode constituir um caso de estudo relevante, porquê?

É um concelho com a área total de 127 840 ha, um dos maiores do país.

Se analisarmos o Quadro 5 contactamos que a totalidade do concelho está ordenado por zonas de caça associativas, turísticas e concelhia.

Quadro 5 – Ordenamento do território

Zonas de caça	Número	Área (ha)	% no concelho
Turística	62	67 724	53,0
Associativa	65	50 650	39,6
Municipal	1	923	0,7
Total no concelho	128	119 297	93,3

É relevante o fato da maior parte da área do concelho pertencer a zonas de caça turísticas, ou seja, a caça como atividade económica.

Também relevante é o fato do município deter uma zona de caça, base para atividades de investigação, demonstração de formação.

Além disso o concelho de Mértola apresenta algumas características únicas. Em primeiro lugar há a referir que constitui o centro da produção de perdiz vermelha em Portugal (Quadro 6), que necessita de um plano de salvaguarda da espécie, Em seguida há a referir que é no concelho que está a ser implementado o plano de recuperação do lince, cuja alimentação é quase exclusiva de coelhos bravos, de que o concelho é muito rico como se pode comprovar analisando a tabela referida. E por último deve ser referido que parte do concelho está incluída na área do Parque Natural do Vale do Guadiana.

Quadro 6 - Número de espécies abatidas

Espécie	Número de abates	Valor unitário (€)	Valor/espécie (€)
Coelho-bravo	1 105	20,00	22 100,00
Lebre	1 088	40,00	43 520,00
Perdiz-vermelha	4 061	28,00	113 708,00
Pombo-torcaz	1 242	10,00	12 420,00
Rola Comum	534	8,00	4 272,00
Tordo Comum	1 622	2,00	3 244,00
Pato Real	185	20,00	3 700,00
Veado	13	600,00	7 800,00
Javali	74	600,00	44 400,00
Outros *	421	10,00	4 210,00
Total	10 345		259 374,00

Este valor está muito abaixo da realidade pelo que podemos estimar uma produtividade superior em cerca de 50% ou seja: $259374 \times 1,5 = 389,000\text{€}$

*Raposa, Saca-rabos, Tarambola, outros pombos, Codorniz,

É pelo conjunto de todas estas características do concelho em relação ao recurso caça que cremos que Mértola constitui um caso que vale a pena estudar.

Anexo 1

Entidades consultadas

Instituições:

Associação Nacional de Armeiros

Associação Portuguesa de Seguradores

DGAV – Direção-geral de Agricultura e Veterinária

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

INE – Instituto Nacional de Estatística

INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

PSP – Polícia de Segurança Pública

Especialistas e empresas:

Caçadores e respetivas associações

Empresa de turismo cinegético

Empresa de taxidermia

Gestores de caça

Grupo V (revistas de caça)

Loja «Kettner»

Matilhas de caça maior

Anexo 2

Instrumento de inquérito aos caçadores

INQUÉRITO AOS CAÇADORES

1) Identificação:

- Nome: _____
- Associação: _____
- Costuma caçar em:
 - Zona de Caça Associativa ____ (S/N) Valor da quota _____€
 - Zona de Caça Municipal ____ (S/N) Custo anual estimado _____€
 - Zona de Caça Turística ____ (S/N)
- Local de residência (C.P.): _____
- Telefone: _____
- Email: _____

2) Equipamentos:

N.º de armas de caça:

- Caçadeiras _____
- Carabinas _____ possui mira sim ____ não____
 - quantas miras possui _____
- Arco/besta _____

Acessórios de caça (custo anual):

- Cartucheiras, mochila, chamariz, bandoleiras, etc. _____€

Peças de vestuário específico para caça (custo anual):

- Calças, coletes, impermeáveis, botas, meias, luvas, etc _____€

3) Possui cofre de armas **sim** ____ **não** ____

4) Cães:

Número de cães:

- Menos de 10 kg _____
- 10 a 25 kg _____
- Mais de 25 kg _____

Alimentação para os cães:

- Custo mensal com ração _____ €
- Custos mensais com suplementos e outro tipo de alimentação _____ €

5) Indicadores de deslocação (por ano):

- N^o de caçadas por ano _____
- Média de km percorridos da residência ao local da caçada _____ Km
- N^o de dormidas em alojamento turístico por ano _____
- Custo médio de cada dormida _____ €
- N^o de refeições tomadas em restaurantes _____ (n^o)
- Custo médio de cada refeição _____ €
- Costuma deslocar-se em viatura própria ou em viatura de outro companheiro de caçada Sim ____ Não ____
- Em norma, quantos se deslocam na mesma viatura _____
- Tem atrelado para cães? Sim ____ Não ____
- Se sim, qual o custo e ano de aquisição _____ €

6) N^o de peças abatidas por ano:

Caça menor:

- Coelhos ____
- Lebres ____

- Perdizes ____
- Codornizes ____
- Rolas ____
- Pombos ____
- Tordos ____
- Outros. Quais _____

Caça maior:

- Veados ____
- Javalis ____
- Gamos ____
- Muflões ____
- Outros. Quais _____

7) Venda de peças de caça:

Vendeu alguma peça de caça? Sim ____ Não ____

Se sim, indique o nº de peças por espécie e o valor médio de venda

Espécie _____ exemplares vendidos ____ (nº) Valor médio de venda ____€

Espécie _____ exemplares vendidos ____ (nº) Valor médio de venda ____€

Espécie _____ exemplares vendidos ____ (nº) Valor médio de venda ____€

Espécie _____ exemplares vendidos ____ (nº) Valor médio de venda ____€

Espécie _____ exemplares vendidos ____ (nº) Valor médio de venda ____€

